

SIMÓN BOLÍVAR

A Desconstrução do Libertador



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Marcus Vinícius de Moraes

SIMÓN BOLÍVAR

A Desconstrução do Libertador

Série | Saber
& Crítica 15



2026

Copyright © Marcus Vinícius de Moraes
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morais, Marcus Vinícius de
Simón Bolívar: a desconstrução do libertador / Marcus Vinícius de Moraes. –
São Paulo: LF Editorial, 2026. – (Série saber & crônicas; 15)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-696-3

1. Bolívar, Simón, 1783-1830 2. Chefes de Estado - América do Sul - Biografia
I. Título. II. Série.

26-331789.0

CDD-923.1

Índices para catálogo sistemático:
1. Presidentes: América do Sul: Biografia 923.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9580

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

ÍNDICE

O LIBERTADOR HEROICO	8
AS ORIGENS <i>CRIOLLAS</i> E A VIUVEZ (1783-1803)	10
SALÕES LITERÁRIOS E FRACASSOS (1803-1814)	29
DA JAMAICA ÀS MARGENS DO ORINOCO (1814-1818) ..	63
GRÃ-COLÔMBIA E CONGRESSO DO PANAMÁ (1819-1827)	86
A RIGIDEZ POLÍTICA E A FRAGILIDADE DO CORPO (1827-1830)	109
CONCLUSÃO: O BOLÍVAR HUMANIZADO	122
BIBLIOGRAFIA COMENTADA	124
SOBRE O AUTOR	130



*Parece que o demônio dirige as coisas da
minha vida.[...] tudo o que fizemos com as
mãos os outros estão desmanchando com os
pés. No fim de contas quem se enganou fui
eu. Eles só queriam fazer a independência
[...] e eu, em compensação, me perdi num
sonho, procurando o que não existia.*

Gabriel García Márquez
(*O general em seu labirinto*)

O LIBERTADOR HEROICO

Na Praça Bolívar, em Caracas, uma imagem ganha destaque: um homem a cavalo ergue o chapéu e saúda a população. O animal levanta as patas dianteiras, enquanto o cavaleiro, com espada à cintura, parece desfilar em meio ao povo. A escultura de metal, sólida e imutável, exhibe, em sua base, a seguinte inscrição: “A nação, agradecida a seu Libertador, ergueu este monumento em 1874”. Criada pelo artista italiano Adamo Tadolini (1788-1868), a obra possui réplicas em diversas cidades latino-americanas. Esses monumentos não surgiram ao acaso; foram pensados, projetados e erigidos para transmitir uma imagem específica das independências hispano-americanas e do general venezuelano que, segundo as narrativas, libertou cinco nações. As estátuas de Bolívar reforçam essa narrativa heroica: ele surge em movimento, vitorioso, marchando em triunfo, como força libertadora, isto é, como o mito do “Libertador”.

Essas concepções foram amplamente difundidas nas obras sobre as emancipações hispano-americanas. Inspirados pelo pensamento ilustrado europeu, os *criollos* passaram a se reconhecer como portadores de um destino próprio, distinto da metrópole espanhola, vista como atrasada. Nesse contexto, Bolívar foi elevado à condição de “militar-filósofo”, leitor dos iluministas e símbolo da razão aplicada à guerra e à política. Em Bogotá, a sua

estátua, localizada na Plaza de Bolívar, representa-o como um legislador romano: de pé, sem cavalo, com a espada da justiça na mão direita e papéis na mão esquerda. A capa dobrada lembra uma toga antiga e os pombos que a cercam reforçam a ideia de santidade cívica. Contudo, tais visões historiográficas permanecem tão estáticas quanto os próprios monumentos que as sustentam. Elas são textos de bronze.

A figura de Simón Bolívar foi consagrada como símbolo máximo da influência ilustrada na América durante as lutas contra o domínio espanhol. A imagem do homem racional, culto e conhecedor das teorias políticas europeias consolidou-se como a representação oficial do Libertador, do herói iluminista e redentor de todo o continente. A repetição dessa narrativa, cristalizada em discursos, livros e monumentos, estabeleceu a ideia de um indivíduo destinado a libertar a América e a guiá-la à civilização. Esta biografia tem como objetivo revisitar essas representações, a partir da construção de um Simón Bolívar mais humanizado, como alguém que pertenceu à elite *criolla* do século XIX. Essa releitura torna-se essencial para compreender não apenas o mito bolivariano, mas também as formas pelas quais as independências hispano-americanas foram narradas. As estátuas, em sua imobilidade, continuam a contar histórias de glória, honra, unidade nacional e sacrifício, reafirmando uma memória coletiva que, assim como o bronze que a sustenta, resiste ao tempo e às transformações históricas.

AS ORIGENS *CRIOLLAS* E A VIUEZ (1783-1803)

Simón Bolívar nasceu em Caracas, capital da Venezuela, no dia 24 de julho de 1783. Ele veio ao mundo no ano em que a Inglaterra reconheceu oficialmente a independência dos Estados Unidos e no mesmo dia em que a Igreja Católica celebrava Santa Cristina, menina religiosa que, por ser cristã, havia sofrido castigos do próprio pai. Bolívar era um hispano-americano de sétima geração e parente distante de um outro “Simón Bolívar”, espanhol que havia chegado à América em 1589, logo após a violenta saga dos conquistadores.

Tanto a linhagem materna quanto o lado paterno de Bolívar sempre estiveram vinculados à aristocracia venezuelana, aos setores dirigentes da elite *criolla*, ou seja, eram brancos, cristãos, descendentes de espanhóis, mas nascidos e “criados” no Novo Mundo. Os *criollos*, no geral, desfrutavam de cargos políticos locais, como juízes, intendentess, corregedores, *alcaldes* de prefeituras – os *cabildos* – possuindo terras e usufruindo de riqueza, conforto e prestígio social.

Nesse sentido, a família de Bolívar estava inserida nos costumes e nos privilégios das elites brancas da América hispânica, isto é, viviam seguros de sua fé católica e da lealdade monárquica, com seus títulos, distinções sociais,

empregados e escravizados indígenas e africanos. Don Juan Vicente Bolívar y Ponte-Andrade (1726-1786), o pai do “Libertador”, era herdeiro de todas essas características, produto dessas tradições, um espanhol americano da alta sociedade caraquenha. A mãe de Bolívar era Dona María de la Concepción Palácios y Blanco (1758-1792) e sua família também se orgulhava de ter uma origem ilustre e fidalga. Quando ocorreu o casamento, Juan Vicente tinha 46 anos de idade, ao passo que María tinha apenas 14.

A comunidade *criolla* das Índias Ocidentais era, então, regida por regras de etiqueta, por códigos de conduta, por teatralização gestual e por certo cerimonial da “sociedade de corte”, similar ao que ocorria com a nobreza na Espanha. O sustento econômico da família estava garantido, visto que os Bolívar tinham acumulado, ao longo de dois séculos, muitas terras, minas de cobre, diversos tipos de plantações, como cacau, anil e cana de açúcar, além de cabeças de gado, escravizados e algumas propriedades. De todas as residências, a fazenda de San Mateo era a preferida.

A Venezuela, nesse momento, tinha cerca de 800 mil habitantes, sendo que 50 mil viviam em Caracas, a capital. A cidade está localizada a 900 metros acima do nível do mar, destacando-se também pelas atividades do café, do algodão, do tabaco, da pesca, das criações de cavalos e ovelhas. A elite *criolla* e fazendeira correspondia a uma pequena parcela de toda a sociedade e, por isso, temia as ações da grande maioria dos habitantes, formada por negros livres, brancos pobres, canários (naturais das Ilhas Canárias),

mestiços, *zambos* (negros e indígenas) e escravizados. Os espanhóis vindos da Europa eram chamados de *chapetones* ou peninsulares e, comumente, ocupavam os principais cargos da administração, como bispos e vice-reis.

O pequeno Bolívar foi batizado como “Simón José António de la Santísima Trindad Bolívar Ponte y Palacios Blanco” e, dentre os familiares, era chamado simplesmente de *Simoncito*. O sacramento foi conduzido pelo seu próprio primo, o sacerdote Juan Felix Jerez de Aristeguieta, em 8 de dezembro de 1784, dia de Nossa Senhora da Conceição. O religioso, inclusive, acabou deixando toda a sua fortuna para o menino, desde que ele se mantivesse fiel ao rei espanhol e ao catolicismo. Ao todo, Bolívar tinha três irmãos mais velhos: María Antónia (1777-1842), Juana Nepomucena (1779-1847) e Juan Vicente (1781-1811). A irmã mais jovem, María del Carmen (1786), não sobreviveu ao primeiro dia de vida. Ela faleceu poucas horas após o parto e, por isso, Simón acabou sendo o filho caçula.

Os primeiros anos de Simón Bolívar foram semelhantes à infância da maioria dos meninos da elite *criolla*. Ele tinha conforto, muitos privilégios, empregados e uma educação voltada para o desenvolvimento de uma mentalidade senhorial. O “senhorzinho” mandava, era obedecido, servido e, muitas vezes, temido. É provável que Bolívar tenha insultado agregados e escravizados. No entanto, apesar dos privilégios, a sua meninice também foi marcada por muitas perdas. O seu pai morreu de tuberculose em 1786, quando Simón tinha apenas três anos,

à medida que a sua mãe – vítima da mesma doença – faleceu seis anos depois. Antes de completar dez anos, Bolívar já sentia o peso da orfandade. As suas duas irmãs o deixaram, igualmente, de forma precoce, pois ambas se casaram muito cedo, entre os anos de 1792 e 1793.

O avô materno de Bolívar, Dom Feliciano Palacios y Sojo, assumiu o comando da família, ao lado de tios, amigos e parentes. As pessoas mais próximas a Bolívar, nesta época, eram os *criollos*, também chamados de *mantuanos*, ou seja, brancos que se situavam no ponto mais alto de uma sociedade dividida em castas. Nesse universo, conhecer a origem dos demais era algo bastante valorizado e, assim, os conceitos de família, linhagem, sobrenome, sangue e parentesco ditavam os ritmos das relações sociais. A elite *criolla* dominava a burocracia, as leis, os rituais da Igreja e o comércio, mas não era, de forma alguma, um grupo homogêneo. Os mais abastados proprietários de terras descendiam de antigas famílias, muito tradicionais, e estas pessoas formaram o círculo de amigos e conhecidos do jovem Bolívar.

A sua primeira ama de leite foi uma mulher cubana, chamada Dona Inês Mancebo, amiga de sua mãe, uma vez que nessa época era raro que as mulheres brancas amamentassem os seus filhos. Após o falecimento da figura materna, Simoncito foi criado por Hipólita, uma africana escravizada que trabalhava na fazenda de San Mateo. Ela foi a sua “ama de criação”, o seu afeto de criança, a sua referência de cuidados e carinho, quer dizer, pai e

mãe ao mesmo tempo. À vista disso, Bolívar cresceu em um ambiente plural, marcado pela mistura de diferentes tradições culturais, mas que, ao mesmo tempo, era povoado pelo imaginário de corajosos conquistadores espanhóis, de *encomenderos* e padres evangelizadores que haviam chegado ao Novo Mundo.

Na costa de Caracas estava a maior parte das cidades venezuelanas, enquanto mais ao norte localizavam-se as planícies (*llanos*). Os habitantes dessa região, os *llaneros*, viviam do pastoreio do gado e da caça de cavalos selvagens. O interior do território ainda mantinha hábitos indígenas fortemente enraizados, como na alimentação, nas vestimentas e, sobretudo, nas práticas religiosas. Os povos dos campos baixos, nesse sentido, eram mal vistos pelos moradores das localidades citadinas, sendo chamados de bárbaros e selvagens, o que evidenciava a existência de uma tensão entre os centros urbanos e as periferias, entre a cidade e o *pueblo*.

A Venezuela, desde o século XVIII, passou a ganhar destaque nas dinâmicas do Império Espanhol. Houve uma série de reformas econômicas e a abertura de novas rotas de comércio. Diante disso, Caracas passou a ter mais destaque no interior da economia metropolitana, deixando de ser apenas uma parada de viagens. A região foi separada do Vice-Reino da Nova Granada, tornando-se uma *Intendência* (1776), ou seja, uma divisão administrativa que tinha como objetivo supervisionar a economia local, principalmente a produção de cacau, e melhorar a coleta de impostos. O

intendente também era responsável pela gestão financeira das províncias vizinhas, como Maracaibo e Mérida. A terra natal de Bolívar tinha uma localização taticamente de destaque, com acesso ao mar do Caribe e proximidade com outras colônias espanholas importantes, como Cuba, o que facilitava o comércio e as trocas comerciais.

No ano seguinte, a Venezuela foi elevada à condição de Capitania. O capitão geral exercia os controles político e militar da região. Tanto o intendente quanto o capitão respondiam diretamente a Madrid e não ao vice-rei vizinho. Isso significa dizer que, nos anos finais do século XVIII, os venezuelanos sentiam-se com uma determinada autonomia, o que permitiu a precoce criação de uma identidade local. Em 1786, foi criada uma Audiência em Caracas e, em 1793, um Tribunal de Comércio. O forte contato comercial entre a cidade de Caracas e a Europa fez com que uma parte da cultura europeia desembarcasse nos portos venezuelanos.

A elite *criolla*, desejosa por distinção social, interessava-se por óperas, teatros, salões literários (*tertulias*) e pela aquisição de livros. Embora alguns títulos fossem proibidos, muitas obras circularam pelo Atlântico. Alguns exemplares eram camuflados com capas falsas, ao passo que outros eram carregados em caixas com fundos secretos. Muitos fiscais, inclusive, eram subornados pelos vendedores, enquanto alguns inspetores simplesmente não realizavam os seus trabalhos. A *Universidade de Caracas*, originalmente chamada *Real y Pontificia Universidad*, havia sido fundada em dezembro de 1721, a partir de uma cédula

real do rei Filipe V (1700-1746). Apesar de existirem hispano-americanos conservadores, fieis à monarquia e ao catolicismo, um grupo de jovens venezuelanos surgiu lentamente, mais preocupados com o futuro e fortemente atraídos pelas novidades e pelos “ventos racionais” das Luzes. Mesmo que o tradicionalismo dificultasse o avanço das tendências inovadoras, os estudantes, no geral, podiam aprender a maioria das disciplinas da época e ter acesso a pensadores europeus dos séculos XVII e XVIII, que incluíam as obras do holandês Baruch Spinoza e dos ingleses John Locke e Isaac Newton.

O pensamento racional do Iluminismo, contudo, também atingiu em cheio a monarquia espanhola. A coroa, durante os reinados de Fernando VI (1746-1759), Carlos III (1759-1788) e Carlos IV (1788-1808) iniciou um processo de alterações, conhecido como *Reformas Bourbonicas* ou, simplesmente, *Reformismo Ilustrado*. A ideia era criar um governo mais eficiente, calculado, planejado, enfim, tratava-se de um movimento de racionalização estatal. O Império Espanhol, a partir disso, passou a exercer uma burocracia profissional e a dar preferência - para ocupar os principais cargos na colônia - aos espanhóis nascidos na Europa, os *chapetones* ou peninsulares. De 1788 a 1810, por exemplo, nenhum *criollo* foi nomeado para a Audiência de Caracas.

O rei Carlos IV chegou ao trono em meio à crise econômica e à frente do medo causados pela Revolução Francesa (1789) e pela Revolta no Haiti (1791). Na

América, o grande temor não era uma rebelião organizada por negros, mas pelos indígenas. O Haitianismo hispano-americano tinha outras feições. O monarca havia nomeado Manuel de Godoy y Alvarez (1767-1851), como primeiro-secretário de Estado, uma espécie de primeiro-ministro com amplos poderes. Para Godoy, a América espanhola nada mais era do que uma fonte de metais preciosos, e seu povo, mero pagador de impostos. Esse tipo de gerência romperia o frágil equilíbrio que existia entre *criollos* e peninsulares, deixando os primeiros à margem desta mesma administração.

Além disso, foi criada uma vigilância mais rigorosa da população hispano-americana. Era uma intervenção indesejada, coercitiva e inibidora. Nesse contexto, o que para a metrópole era desenvolvimento racional, as elites locais interpretavam como um ataque aos interesses locais. Os *criollos* reagiram desfavoravelmente ao novo absolutismo e, cedo, tiveram de decidir se não seria conveniente tentar adquirir poder político, a fim de impedir outras implantações da legislação ilustrada. A expulsão dos padres jesuítas, ocorrida em 1767, durante o reinado de Carlos III, também abalou a ideia de autonomia, já que a ordem religiosa tinha determinada independência. Essa medida, portanto, fortaleceu o centralismo de controle da coroa. Muitos políticos locais viram essa atitude como um ato de despotismo, como um ataque aos compatriotas. Cerca de 60% dos padres expulsos eram nativos da América. Este

exílio dos jesuítas gerou ressentimentos não apenas nos religiosos, mas também nos familiares e simpatizantes.

A tensão social era marcante. Os *criollos* temiam os negros, os *llaneros* e os indígenas, ao passo que os peninsulares não confiavam nos *criollos*. A coroa espanhola também realizou reformas nas tropas que ficavam na colônia. Ela convocou recrutas mestiços, mas as patentes mais altas – os comandos – sempre seriam entregues aos espanhóis nascidos na Europa. No entanto, os gastos para a manutenção destes mesmos oficiais recaíam sobre a América. Em resumo, a situação era vista da seguinte forma: *mestizos* treinados, com armas nas mãos, e elite colonial com a ascensão militar limitada. A coroa passou a exercer monopólio sobre alguns produtos, tais como pólvora, fumo, sal e bebidas alcoólicas. A taxa sobre a venda, chamada de *alcabala*, subiu de 4% para 6%. Esses aumentos gerais de impostos fizeram os produtos ficarem mais caros, gerando críticas dos consumidores. Assim, as circunstâncias próprias do domínio espanhol eram vistas como empecilhos à produtividade e ao lucro. Surgiram diversas resistências violentas contra a tributação imperial. A monarquia chegou a solicitar contribuições de famílias abastadas na América para financiar campanhas militares europeias. Vários *cabildos* foram drenados para que altos valores fossem enviados à metrópole. Tudo isso para atender a uma política externa da Espanha, da qual os *criollos* não possuíam nem representação política e nem os seus interesses atendidos.

A Venezuela foi um exemplo precoce da fissura que se havia aberto entre o Estado Bourbon e as elites locais do Novo Mundo. Os *criollos* se sentiam “espanhóis da América”, mas os europeus os enxergavam como “indígenas brancos”. A elite desejava manter certa diferenciação e, por isso, lutava e resistia contra qualquer forma de ascensão dos grupos menos privilegiados. Alguns não queriam que os mestiços ou os pardos comprassem “certificados de brancura”, ou seja, documentos que forjavam origens genealógicas, o que provava determinada pureza de sangue. Dificultar o acesso à educação das minorias foi um movimento para se impedir uma possível “ruína da América”.

As convulsões sociais materializavam-se tanto entre os escravizados quanto nos setores descontentes da elite *criolla*. Em 1795, uma rebelião de aprisionados ocorreu na região de Coro, em que um grupo de cativos se rebelou contra as condições opressivas a que eram submetidos nas plantações de cacau e nas cidades costeiras, exigindo liberdade e melhores condições de vida. O movimento foi fortemente reprimido pelas autoridades coloniais, mas representou um importante marco na luta contra a escravidão na região. Dois anos depois, em julho de 1797, em La Guáira, um movimento de setores da elite *criolla* ganhou destaque. Esse levante teve como objetivo resistir às políticas coloniais implementadas pela Espanha, buscando maior autonomia aos poderes locais. Apesar de ter sido uma rebelião limitada, ela antecipou as tensões que, futuramente, resultariam nos conflitos das independências hispano-americanas.

A revolta teve como líderes os militares Manuel Gual (1759-1800) e José María España Rodríguez (1761-1799). Inspirado na independência dos Estados Unidos, o movimento falava de Rousseau, liberdade, igualdade, livre comércio, abolição da escravidão, independência e República, além de unir as províncias continentais de Caracas, Maracaibo, Cumaná e Guiana. Após a repressão, José María España Rodríguez foi preso. Em 8 de maio de 1799, na *Plaza Mayor* de Caracas, ele foi amarrado à cauda de um cavalo e arrastado. Foi forçado a subir no cadafalso e, em seguida, enforcado. O carrasco então decapitou e esquartejou o corpo e a sua cabeça foi colocada em uma gaiola na entrada da cidade.

Foi nesse contexto histórico-social que o pequeno Simón Bolívar nasceu, cresceu e ficou órfão. Logo após o falecimento de seus pais, o avô de Bolívar, Dom Feliciano Palacios y Sojo, passou a responsabilidade da criação do menino para Carlos Palacios y Blanco (1762-1805), irmão da mãe de Simoncito. Nesse período, havia um certo interesse em tutorear os meninos órfãos, pois, afinal, tinham herdado grandes fortunas e propriedades. O tio materno de Bolívar tornou-se o seu preceptor, sendo responsável pela organização das aulas e pela educação do rapaz. No entanto, Carlos Palacios foi uma figura ausente e, por isso, Bolívar quase sempre ficava sozinho. Em uma dessas situações, na véspera de seu aniversário de doze anos, em 23 de julho de 1795, o garoto fugiu para a casa de sua irmã mais velha, María Antónia, por quem sentia maior afinidade.